



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA TREZE DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE (13-04-2015):

Às dezesseis horas e dezenove minutos do dia treze de abril de dois mil e quinze, no Plenário, reuniu-se a Edilidade Marianense, presidida pelo Vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas que, com exceção do Vereador Bruno Mól, contou com a presença dos demais vereadores, firmando suas respectivas assinaturas no Livro de Presença. O Sr. Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus declarou abertos os trabalhos. Logo após, solicitou ao Secretário que fizesse a leitura da **Ata da 10ª Reunião Ordinária**, realizada no dia seis de abril de dois mil e quinze. Após a leitura, a Ata foi colocada em discussão e votação. **Pela ordem, o Vereador Juliano Vasconcelos identificou um erro material, na ata estava escrito que a reunião ocorreu no dia sete, mas na verdade foi no dia seis.** Após a ressalva, a ata foi declarada aprovada por unanimidade. O Presidente convidou para fazer parte do plenário o Assessor Técnico, Edvaldo Andrade, o Sr. José Antunes Vieira e Ailda Ribeiro Anacleto, Ex-vereadores desta Casa. Em seguida, o Presidente solicitou ao Secretário que realizasse a **leitura das Correspondências e da Portaria nº105/2015**. Adiante, o Secretário fez a leitura do **Requerimento nº 20/2015**, de autoria do Vereador Juliano Vasconcelos, no qual solicita informações às empresas Vale e Samarco, incluídos prestadoras de serviços (terceirizadas) sobre o número de veículos emplacados em Mariana. Em prosseguimento, ele fez a leitura das seguintes **Indicações: nº157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176/2015** de autoria do Vereador Cristiano Vilas Boas; **nº 177 e 178/2015** de autoria do Vereador Sebastião André de Carvalho e **nº 179/2015** de autoria do Vereador João Bosco Cerceau. Continuando, o Secretário leu **as Moções de Pesar:** pelo passamento da Sra. Maria da Conceição Gonçalves, de autoria do Vereador Juliano Vasconcelos; pelo passamento do Sr. Celso Estanislau Araújo, de autoria dos Vereadores Juliano Vasconcelos e Antônio Marcos de Freitas e pelo passamento do Sr. Bruno do Carmo Gonçalves, de autoria do Vereador Antônio Marcos de Freitas. **A reunião ocorreu sem intervalo.** Prosseguindo, o Secretário fez a leitura dos **Pareceres: Projeto de Lei nº 09/2015**, de autoria do Prefeito Municipal. O Vereador Raimundo Horta solicitou ao presidente que consultasse o plenário para

Raimundo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

votar o projeto em única discussão e votação. Pela ordem, o Vereador Geraldo Sales discordou e pediu vista do projeto, sendo concedida; **Requerimento nº 20/2015**, de autoria do Vereador Juliano Vasconcelos, o presidente colocou o requerimento em única discussão e votação. Pela ordem, o autor do requerimento justificou sua iniciativa. Ele observou que as placas de alguns veículos que prestam serviço à Vale e à Samarco são pertencentes a outros municípios e até outros estados, de forma que os vereadores reivindicam para que os veículos sejam emplacados na cidade de Mariana, pois trarão arrecadações para a cidade, por exemplo, poderia investir na melhoria do trânsito. O Vereador ressaltou que apesar de não ter como obrigar as empresas a fazer isso, é uma recomendação da Câmara. Ele aproveitou para pedir ao presidente que os veículos que prestam serviços à Casa sejam emplacados no município, pois seria mais uma forma de aumentar a receita em face ao cenário nacional e municipal, como já foi relatado pelo prefeito. Pela ordem, o Vereador Pedro César parabenizou seu colega e disse que estava presente em legislações anteriores quando um requerimento semelhante solicitava que as empresas Vale, Samarco e a Companhia Transcotta emplacassem seus veículos na cidade de Mariana. Segundo o Vereador existem vários questionamentos sobre a questão: primeiro a forma como são os processos licitatórios. Segundo, a forma de aquisição desses veículos, pois há cidades em que o imposto é menor, tendo facilidade de financiamento, de modo que a transferência da localização de emplacamento para outro município seja difícil. O Vereador disse que são problemas já trazidos à Casa, mas assinalou que trazer novamente esse requerimento faz com que isso sempre seja lembrado e não acabe com o tempo. Para ele, deveria realmente que todos os processos licitatórios fossem feitos dentro do município. Por fim, ele ressaltou que já foram enviados vários requerimentos, sendo as respostas as mesmas, de forma que dificilmente eles irão conseguir trazer isso para a cidade de Mariana. Pela ordem, o Vereador Cristiano Vilas Boas também parabenizou o colega e informou que setenta funcionários da estação do Trem da Vale foram desligados, diminuindo suas atividades e que funcionará somente o trem turístico. O Vereador Cristiano, por ser membro do Conselho do Turismo, representando a Câmara, disse que na reunião da semana passada tiveram a presença de um representante da Vale informando que manterá os horários do atendimento do trem, pois a demanda ainda é grande. O Vereador informou que o Conselho solicitou que a adequação



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

dos horários de domingo prestigie a cidade, já que os horários atuais não permitem que os turistas fiquem mais tempo, para conhecer melhor os atrativos e assistir o concerto do Órgão que acontece no domingo. Foi uma solicitação do conselho que a Vale ficou de analisar. Ele comunicou que foram setenta pessoas desligadas compreendendo Mariana e Ouro Preto, as atividades paralelas e outras mais que ocorriam nessa cidade não acontecerão mais, já que a Vale está contendo recursos. Segundo o Vereador, eles são contra, repudiam a atitude, pois os valores gastos não são tão grandes e que o município ficará muito prejudicado, pois além de pessoas desempregadas, são atividades sociais importantes desenvolvidas, de modo que a empresa reveja isso. Pela ordem, Geraldo Sales disse que recebeu a informação de que o parquinho da estação, onde as crianças brincam, irá fechar. Pela ordem, o Vereador Juliano Vasconcelos ressaltou que é o único parque que tem brinquedos na cidade, disse que muitos pais levam seus filhos para brincarem nele. Além disso, há monitores disponibilizados pela Vale, de forma que os pais levam seus filhos sabendo que há pessoas responsáveis para cuidar deles. O Vereador informou que na rede social algumas mães estão dizendo que os monitores estão de aviso prévio e pediu que a Câmara intercedesse nessa situação, justificando que em Mariana não há outro parque com brinquedos onde elas podem levar as crianças. Dessa forma, o Vereador Juliano Vasconcelos convidou os vereadores para fazerem um requerimento, solicitando a presença de um representante da Vale e pedir que o parque seja mantido. O presidente acatou a sugestão do vereador e comentou que quando o Sr. Valério, presidente do Sindicato, esteve na Casa falou sobre o chicote da Vale. E quando alguns vereadores estiveram na Vale, foi dito que ano passado a empresa bateu record de produção e que ela pretende alcançar mais record, porém estão demitindo pessoas. O Presidente disse não compreender como a empresa produzirá mais com menos pessoas e que infelizmente comprovaram o que o presidente do sindicato havia dito. Ele assinalou que a Vale quer obter apenas lucros, tirar riquezas da cidade e tudo que é da comunidade, ela corta só não corta o que dá lucro. O Vereador Cristiano esclareceu que realmente a empresa usa o momento de crise do minério, justamente para reduzir investimentos sociais e custos de produção. E que os vereadores têm que ficar atentos a isso e cobrar. O Vereador sugeriu que no requerimento fosse pedido também a permanência da biblioteca da estação, pois um monitor não iria onerar tanto a empresa. Pela

Carmino,



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ordem, o Vereador José Jarbas Filho sugeriu que convidasse também o representante do sindicato, para que os vereadores pudessem ouvir sobre a questão das demissões, do corte de investimentos sociais e do parquinho. Pela ordem, o Vereador Geraldo Sales sugeriu que fosse uma ação conjunta das duas câmaras, Mariana e Ouro Preto. O presidente acatou as sugestões. **O Requerimento foi aprovado por unanimidade.** Como solicitado, o presidente passou a palavra para o vereador Juliano Vasconcelos. Com a palavra, o Vereador disse que ele e o vereador Cristiano estiveram na Farmácia Popular, pois estava sendo aventado na cidade de que a farmácia iria fechar. Assim, alguns servidores entraram em contato com os dois vereadores, os quais apresentaram um requerimento que seria lido, mas que na semana, eles entraram em contato com o prefeito, o qual garantiu que o programa Farmácia Popular vai continuar. Então deram aos vereadores segurança, de forma que o requerimento não foi necessário. O Vereador Cristiano completou afirmando que os funcionários já tinham sido comunicados do fechamento pelo próprio secretário de saúde. E os relatórios solicitados pelo vereador à gerente demonstraram que desde o início da farmácia, os remédios não tiveram ajustes, sempre diminuindo os seus valores. As pessoas mais pobres puderam ter acesso a medicamentos por um preço mais baixo. O Vereador disse que é um programa do governo federal e foi ventilado que o fechamento em Mariana seria para reduzir custos devido à situação atual. Ele foi informado pela gerente que o governo envia todo mês uma quantia para manter a farmácia, o município não tem custo com os medicamentos, pois são advindos da Fiocruz e que o dinheiro do consumidor é depositado direto no Tesouro Nacional. Em relação ao gasto com servidores e aluguel do prédio, quase todo ou sua totalidade é pago mensalmente pelo governo. Segundo o Vereador, por meio de informações extraoficiais, que o fechamento da farmácia era um acordo com farmácias privadas. Adiante, pela ordem, o Vereador Geraldo Sales disse que a Casa recebeu no mês passado o ofício do prefeito respondendo um questionamento com relação ao PAC das cidades históricas. E que infelizmente a resposta foi desmentida na semana na reunião do Conselho, do qual o Vereador Geraldo faz parte, o prefeito responde que conforme diretrizes do programa as intervenções nos imóveis beneficiados pelo PAC das cidades históricas são previamente autorizados pelo Iphan, que é responsável pela aprovação dos projetos, dos processos licitatórios, das medições e pela liberação dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

pagamentos. O responsável pelo escritório do Iphan no município informou que na verdade o instituto é responsável pela elaboração dos processos licitatórios. Segundo o Vereador, vários imóveis constam que os projetos estão aprovados, mas na verdade há apenas um aprovado pelo instituto, que é o projeto da Sé. E sugeriu ao líder de governo que diga para o executivo tomar cuidado com o que assina, pois está passando inverdades tanto para a Casa quanto para a população marianense. Logo após, o Presidente comentou sobre a situação do emplacamento dos ônibus e acrescentou que há a situação da Transcotta, os seus ônibus não são emplacados na cidade e agora a questão do processo licitatório da empresa bloqueado. Ele disse que estava avaliando que o município deveria repensar em mais uma forma de obter recursos, a própria prefeitura poderia licitar por linha, já que esse processo licitatório com a Transcotta não vai resolver o problema, ele acredita que atenderia melhor a comunidade e a prefeitura poderia entrar num processo diferente do que está hoje, de forma a resolver o problema do transporte público. Talvez pudesse haver um transporte decente, por exemplo, para comunidades mais distantes, poderia ter um transporte diferente, van, micro-ônibus, de modo que atenda os cidadãos. Hoje, como está, a população pagará o preço, tendo um serviço de péssima qualidade. O transporte continua sem ser licitado e comunidades sem ser atendidas. É necessário lutar pelo transporte público. Ainda, o Presidente assinalou que se a prefeitura assumisse como outras cidades já fizeram e licitasse por linha, ela iria ganhar, parava de pagar tanto vale transporte, não teria mais problemas com os idosos, tendo no mínimo uns cinco milhões de lucro por ano. Pela ordem, o Vereador Cristiano comentou que assumir o próprio transporte público está dando bastante certo em outras cidades, sai muito mais em conta e o atendimento é diferenciado, inclusive a questão da acessibilidade dos idosos e do vale transporte. O Vereador perguntou ao presidente, membro do COMTRAT, se o conselho tem se reunido, se as sugestões mencionadas foram já discutidas nas reuniões. O Presidente disse que o conselho é fictício, existe apenas para interesses e que durante esse um ano de processo licitatório, o conselho não se reuniu. Ele questionou como que um conselho municipal de trânsito que tem a obrigação de discutir todas as questões de trânsito no município, nesse processo de licitação, não reunir nenhuma vez para discuti-lo, por fim, ele disse que pediu para sair do conselho. Pela ordem, o Vereador Geraldo disse que tem recebido em seu gabinete questionamentos a respeito da



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

idade da pessoa para poder utilizar o transporte público sem a necessidade de pagamento. Ele assinalou que há uma lei na Casa, de autoria do atual vice-prefeito da cidade, em que faz a concessão aos sessenta anos e pelo estatuto do idoso também é de sessenta anos, mas há uma lei municipal em que o limite de concessão é aos sessenta e cinco anos. O presidente disse que na verdade é ao contrário, pois a lei federal diz que é de sessenta e cinco anos, mas que pode ser de sessenta anos de acordo com a lei do município. É o que Mariana fez, porém a empresa Transcotta alegou que não teve como repassar isso para a planilha, porque o repasse seria feito para toda a comunidade. Pela ordem, o Vereador Geraldo pediu que o vereador Juliano intercedesse com o vice-prefeito para que seja cumprida a lei. O Presidente disse que o problema é que a planilha de custo feita para a passagem de ônibus, a planilha social, não é cumprida. Ainda, ele criticou o executivo por deixar a empresa fazer o que quer, brincar com os marianenses. E que se deve lutar pelo interesse do povo, o qual não tem interesse de ter esse tipo de transporte, esse relacionamento e esse preço de passagem. Pela ordem, o Vereador Juliano disse que realmente há uma lei municipal e que ele tem todo interesse que se cumpra, assim como o vice-prefeito tem. Mas como já foi dito, a empresa alega a questão da planilha social, que ela não recebe esse valor de contribuição e em virtude da demanda, ela teria um prejuízo no atendimento para pessoas que estão na faixa etária de sessenta a sessenta e cinco anos. Ele acrescentou que há uma ação judicial no jurídico da Casa enviada pela empresa sobre esse questionamento que é feito ao executivo em relação ao repasse da planilha. Enquanto houver essa questão judicial, a empresa alega que não irá cumprir. Em seguida, pela ordem, o Vereador Geraldo Sales retomou o assunto do projeto de lei, retirado a pedido do prefeito, que reduzia o valor do vale alimentação dos servidores públicos municipais, ele reinteirou que é contra qualquer retirada de direitos dos servidores. Pela ordem, o Vereador Cristiano se posicionou também contra a proposta do projeto, pois o município deveria cortar, onde está gastando mais, como por exemplo, o gasto de 37 milhões com aluguel de veículos, teria também o gasto estimado no plano anual para a construção da nova prefeitura e várias outras obras grandes e inacabadas. Assim, o Vereador espera que o executivo reavalie e tire onde realmente deve ser tirado. Ainda lembrou que poderia também reduzir os aproximadamente cem cargos criados pelo executivo, seguindo o exemplo do governo de Minas que reduziu em 25%



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

dos cargos de nomeação. Outro assunto suscitado pelo vereador foi a questão do projeto Festival da Vida, ele parabenizou os vereadores da comissão de cultura que pediram vista e informou que tiveram uma reunião de comissão com os representantes da Associação de Cultura Livre -ACL e da Secretaria de Cultura, quando foi questionado sobre o festival. E hoje foi lido que dos sete párocos, das sete paróquias de Mariana, nenhum tem participação na organização, que se tornou nos últimos anos um festival destoante do projeto original, que era fazer de acordo com a campanha da fraternidade. A empresa ano passado havia se comprometido a procurar os párocos antecipadamente, o que não aconteceu, de modo que já apresentaram a programação pronta aos párocos, os quais não puderam participar juntos em sua elaboração. Assim, a Casa teve a necessidade de convocar os envolvidos para prestarem os devidos esclarecimentos sobre o projeto. O Vereador aproveitou para parabenizar a gestão e as comissões da Câmara, pois tem tido cuidado, se mostrado atuante e pedido esclarecimentos sempre quando necessário. Prosseguindo, pela ordem, o Vereador Raimundo Horta disse que, pelo regimento interno, cada vereador tem cinco minutos para falar, depois que ele falou e que todos os outros falaram, ele pode voltar a falar novamente. Assim, segundo o Vereador Raimundo tem se perdido muito tempo, o vereador só falando e falando por falar, porque na verdade não tem prova nenhuma, tudo que fala é repetitivo. Então tem que se chegar uma hora e dar um basta, dentro do regimento, pois senão eles ficarão ouvindo esses comentários sem nexos nenhum, de forma que se deve colocar ordem na Casa nesse sentido. Ele acrescentou que o vereador tem o direito de falar, mas que os comentários sejam feitos de acordo com aquilo que ele tem em mãos, não é porque ouviu, pois são questões importantes para que se possa dar andamento nas reuniões. Disse, ainda, que está na hora de pensar e repensar nisso, porque como havia dito o vereador Geraldo Sales sempre se exigiu que fosse cumprido o regimento interno e toda a vida foi assim e deve ser. Em segundo lugar, o Vereador Raimundo disse que não apresentou um requerimento há mais tempo convocando as igrejas, representantes de terras invadidas, de promotor e de entidades, porque foi um requerimento em época anterior, porém não houve convocação. É necessário primeiro saber de quem é a responsabilidade, porque está recaindo tudo em cima da prefeitura. Na opinião do vereador a responsabilidade deve recair em cima do proprietário da terra, é ele que tem tomar iniciativa. O Vereador deixou claro que



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

não é contra as pessoas mais necessitadas, mas que é preciso um direcionamento para que elas possam ter suas casas, dando um basta no problema das invasões, pois a cidade pode mais tarde pagar um alto preço com isso. A segunda questão levantada pelo Vereador Raimundo foi o problema do estacionamento da Casa, ele pensa que seria necessário reunir os vereadores e até o promotor e pedir a ele uma justificativa. Há as placas dos vereadores que não são respeitadas, está sujeito de um vereador chegar e não encontrar vaga e ter que estacionar em outro local, além disso, os vigilantes estão sendo ameaçados. O Vereador disse que isso é um problema sério, pois mais tarde pode acontecer que um veículo seja roubado e a culpa recair em cima dos vigilantes. Poderia sugerir ao promotor, por exemplo, que as vagas dos vereadores fossem reservadas. Logo após, o Presidente agradeceu ao Vereador Cristiano por elogiar a gestão e os trabalhos das comissões da Casa, pois realmente tem sido bem atuantes. Depois, ele ressaltou que tomará cuidado com o controle do tempo da palavra de cada vereador, sem a intenção de tirar a voz de ninguém, pois é importante ouvir as opiniões de cada um. E quanto à questão do estacionamento, realmente há uma recomendação do Ministério Público (MP) e que o Vereador Raimundo tinha toda a razão, pois está uma situação complicada, os vizinhos, talvez por costume, acham que o estacionamento é deles, alguns já procuraram o MP. Além disso, ele já disse ter visto o vigilante ser agredido com palavras, por querer organizar o espaço. Diante disso, é necessário rever essa situação e marcar uma reunião com o MP a fim de minimizar os problemas. Adiante, pela ordem, o Vereador Juliano deixou claro que ele e nem a Câmara é contra o Festival da Vida, desde que haja participação da igreja, um festival idealizado pelo Dom Luciano tendo como finalidade realizá-lo em parceria com a campanha da fraternidade. E a empresa que realiza o festival nos últimos anos não tem comunicado com a igreja. O Vereador parabenizou a Casa, especificamente, o Vereador Pedro César por pedir vista do projeto. Já em relação às invasões, pontuada pelo Vereador Raimundo Horta, é um problema visível, seria necessário haver a reunião, convidar o Ministério Público. O Vereador informou que a prefeitura começou a agir, muitos lotes murados foram colocados a baixo, porque era uma área que, através de decreto, o município desapropriou para a construção da ETA. Por fim, ele disse que é contrário à invasão e não aos programas habitacionais. O Presidente acrescentou que isso foi um fruto da audiência sobre o residencial Dandara. O Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Cristiano disse que respeita o Vereador Raimundo Horta, mas discorda sobre o tempo de fala, pois cinco minutos é muito pouco, Mariana é uma cidade muito grande, são muitos problemas para serem discutidos apenas em um dia da semana. Talvez pudesse pensar nisso, fazer mais reuniões, até mesmo reuniões itinerantes. E que no regimento fala cinco minutos, mas em vários momentos o vereador pode se manifestar. **Palavra livre.** Nada mais havendo, o Presidente declarou encerrada a Sessão às dezoito horas e seis minutos. E, para constar, lavrou-se a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.